

AUTISMO EM GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS CULTURAIS, PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

AUTISM IN GUINEA-BISSAU: CULTURAL CHALLENGES, PERSPECTIVES FOR INCLUSION AND SOCIAL TRANSFORMATION

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹
Elizabete Essamai Manga²
Manuel Mfinda Pedro Marques³

RESUMO: Estudar sobre o autismo em contextos culturais específicos como Guiné-Bissau é fundamental para promover a conscientização, combater estigmas e implementar políticas que garantam o pleno respeito aos direitos e a inclusão das crianças autistas na sociedade. Nesse contexto, o presente estudo examinou a interseção entre tradições culturais, percepções sociais e direitos das crianças autistas em Guiné-Bissau, destacando os desafios enfrentados por essas crianças e suas famílias. Por meio de uma análise abrangente das práticas culturais, relatos das mães e políticas educacionais, identifica-se a necessidade urgente de intervenções e políticas públicas voltadas para a conscientização, educação inclusiva e proteção dos direitos das crianças autistas. Propõem-se estratégias multifacetadas para promover a transformação social e garantir um futuro mais inclusivo e equitativo para todas as crianças autistas em Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Cultura. Direitos Humanos.

2353

ABSTRACT: Studying about autism in specific cultural contexts such as Guinea-Bissau is essential to promote awareness, combat stigmas and implement policies that ensure full respect for the rights and inclusion of autistic children in society. In this context, the present study examined the intersection between cultural traditions, social perceptions, and the rights of autistic children in Guinea-Bissau, highlighting the challenges faced by these children and their families. Through a comprehensive analysis of cultural practices, mothers' reports, and educational policies, the urgent need for interventions and public policies aimed at raising awareness, inclusive education, and protecting the rights of autistic children is identified. Multifaceted strategies are proposed to promote social transformation and ensure a more inclusive and equitable future for all autistic children in Guinea-Bissau.

Keywords: Autism. Inclusion. Culture. Human rights.

¹Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguazu), Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA), em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguazu). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>.

²Bacharela Interdisciplinar em Humanidades pela UNILAB; e discente da Licenciatura em Pedagogia da UNILAB. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2928-0421>.

³Licenciado em Sociologia e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6753-2848>.

I. INTRODUÇÃO

A compreensão do autismo em contextos culturais diversos revela não apenas a complexidade deste transtorno, mas também as implicações socioculturais associadas às percepções e tratamentos das pessoas com autismo (CARDIERI, 2018). Em Guiné-Bissau, as tradições e crenças locais desempenham um papel fundamental na maneira como a sociedade enxerga e lida com o autismo, frequentemente resultando em práticas que podem ser consideradas violações de direitos humanos.

A cultura guineense possui uma rica tapeçaria de tradições e crenças, entre as quais a concepção de que crianças com características autistas são "irã", ou seja, seres que trazem desgraça e malefícios à comunidade. Esta visão, profundamente enraizada no tecido social, resulta na marginalização e, em casos extremos, na prática infanticida, onde crianças autistas são abandonadas no rio para a morte. Essas práticas refletem uma complexa intersecção entre autismo, exclusão social e violações de direitos humanos (DJATA, 2023).

A exclusão das crianças autistas em Guiné-Bissau não se limita apenas ao âmbito doméstico, mas se estende às esferas educacional e social. A falta de inclusão escolar e a escassez de serviços especializados agravam ainda mais a situação, perpetuando um ciclo de marginalização e invisibilidade. A ausência de políticas públicas eficazes e de apoio institucional adequado evidencia a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e humanizada.

Os relatos das mães de crianças autistas fornecem uma visão crítica e pessoal das dificuldades enfrentadas diariamente. Muitas dessas mulheres narram histórias de resistência e desespero, tentando proteger seus filhos em um ambiente hostil que frequentemente não reconhece ou valoriza a individualidade e os direitos dessas crianças (GOMES, 2021). A diabolização do autismo, portanto, não é apenas uma questão cultural, mas também de profunda injustiça social.

A intersecção entre cultura, direitos humanos e práticas tradicionais em Guiné-Bissau oferece um campo fértil para a análise acadêmica. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para a formulação de políticas de inclusão e para o desenvolvimento de estratégias que promovam a conscientização e a educação sobre o autismo. Este estudo busca contribuir para essa discussão, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as práticas atuais e propondo caminhos para a transformação social.

O autismo, enquanto fenômeno global, exige uma abordagem que considere as especificidades culturais e sociais de cada contexto. Em Guiné-Bissau, a luta por inclusão e reconhecimento dos direitos das crianças autistas enfrenta barreiras significativas, mas também oferece oportunidades para intervenções educativas e culturais que possam desafiar e eventualmente transformar as percepções existentes (RODRIGUES, 2015).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo explorar as diversas dimensões do autismo em Guiné-Bissau, analisando a exclusão e as violações de direitos sofridas pelas crianças autistas e suas famílias. Através de uma revisão da literatura disponível e dos relatos das mães, pretende-se iluminar as complexas interações entre cultura, exclusão e direitos humanos, com o intuito de promover uma maior conscientização e apoio para essas crianças e suas famílias.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem de revisão bibliográfica, centrando-se na análise de fontes secundárias disponíveis sobre o autismo em Guiné-Bissau. A metodologia utilizada envolveu uma pesquisa extensiva em bases de dados acadêmicas, incluindo Google Scholar, Scielo, e outras plataformas reconhecidas, com o objetivo de identificar artigos, teses, dissertações e relatórios relevantes que abordam a temática do autismo, práticas culturais locais e os desafios enfrentados pelas crianças autistas e suas famílias. Foram utilizados termos de busca específicos como "autismo em Guiné-Bissau", "criança irã", "exclusão social de crianças autistas", "direitos das crianças autistas", entre outros.

A pesquisa inicial resultou na identificação de aproximadamente 150 artigos, dissertações, monografias, reportagens etc. No entanto, foi realizada uma criteriosa filtragem para assegurar a relevância e a qualidade das fontes incluídas no estudo. Os critérios de inclusão envolveram a pertinência temática, o rigor metodológico, a atualidade dos dados e a contribuição significativa para a compreensão do contexto guineense. Após esta triagem, foram selecionados os principais artigos e outros documentos que forneceram uma base robusta para a análise.

Todos esses materiais consultados na pesquisa permitiram uma visão mais abrangente e detalhada das práticas culturais e das experiências vividas pelas famílias

de crianças autistas em Guiné-Bissau. A análise foi conduzida de forma sistemática, buscando identificar padrões recorrentes, desafios enfrentados e possíveis intervenções para a promoção de uma maior inclusão e respeito aos direitos das crianças autistas.

3. RESULTADOS & DESENVOLVIMENTO

3.1 Contexto Cultural e Percepção do Autismo em Guiné-Bissau

Guiné-Bissau, um país localizado na costa ocidental da África, é caracterizado por uma rica diversidade cultural e uma variedade de tradições e crenças que influenciam profundamente a vida cotidiana de seus habitantes. Dentro desse contexto, a percepção do autismo é fortemente moldada por concepções tradicionais que frequentemente associam características do transtorno a forças sobrenaturais ou maléficas (ISSUFO, 2013). Em muitas comunidades, crianças que exibem comportamentos autistas são consideradas "irã" (serpente ou diabo), uma designação que implica uma ligação com o mundo espiritual negativo. Essa crença reflete uma visão distorcida e estigmatizante do autismo, que dificulta a aceitação e inclusão dessas crianças na sociedade.

2356

A associação entre autismo e malignidade espiritual tem raízes profundas nas tradições locais e é perpetuada por líderes comunitários e religiosos. Esses líderes muitas vezes exercem grande influência sobre as percepções e práticas da comunidade, reforçando a ideia de que crianças autistas são portadoras de má sorte ou desgraça. Como resultado, essas crianças são frequentemente excluídas das atividades sociais e educacionais e, em casos extremos, podem ser vítimas de práticas infanticidas. A prática de abandonar crianças autistas no rio é um exemplo extremo dessa exclusão, visto como uma forma de "purificar" a comunidade de influências negativas.

Além da diabolização do autismo, há uma falta generalizada de compreensão sobre a natureza do transtorno. O autismo é frequentemente confundido com outras condições de deficiência intelectual ou comportamental, o que agrava o estigma e a marginalização. De acordo com Rodrigues (2015), essa confusão é exacerbada pela escassez de diagnósticos formais e pela falta de acesso a informações precisas e científicas sobre o autismo. Em muitas áreas rurais, a ausência de profissionais de

saúde qualificados e de serviços especializados contribui para a perpetuação de mitos e equívocos sobre o transtorno.

A visão estigmatizante do autismo tem consequências devastadoras para as famílias das crianças afetadas. As mães, em particular, enfrentam uma dupla carga de estigma e responsabilidade. Além de lidar com o comportamento desafiador de seus filhos, elas são frequentemente culpadas pela condição, sendo acusadas de terem cometido atos que atraíram a ira dos espíritos. Isso resulta em um isolamento social significativo, onde as mães são evitadas e marginalizadas, agravando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade.

O impacto dessas crenças na vida das crianças autistas e suas famílias é profundo e multifacetado. A exclusão social limita o acesso dessas crianças a oportunidades educacionais e de desenvolvimento, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização. A ausência de inclusão educacional significa que muitas crianças autistas nunca recebem uma educação formal, o que compromete suas perspectivas de independência e participação ativa na sociedade (LUANDA, 2024). Além disso, a falta de apoio institucional e de políticas públicas eficazes contribui para a invisibilidade dessas crianças e de suas necessidades específicas.

2357

Além disso, a transformação dessas percepções e práticas exige um esforço concertado de diversas frentes. É crucial promover a conscientização e a educação sobre o autismo, tanto entre as comunidades quanto entre os líderes locais e religiosos. Intervenções culturais sensíveis que respeitem e integrem as tradições locais, ao mesmo tempo que introduzem conceitos científicos sobre o autismo, podem ser eficazes para mudar as atitudes e reduzir o estigma. A inclusão de líderes comunitários e religiosos em programas de educação e sensibilização pode ajudar a reverter a diabolização do autismo e promover uma visão mais humanizada e inclusiva das crianças autistas em Guiné-Bissau.

3.2 Práticas Culturais e Violações de Direitos Humanos

Em Guiné-Bissau, as práticas culturais relacionadas ao autismo frequentemente resultam em graves violações de direitos humanos. A crença de que crianças autistas são "irã" ou seres malignos, leva a um tratamento desumano e excludente, muitas vezes culminando em atos de violência e abandono. A prática de

abandonar crianças autistas em rios é uma das manifestações mais extremas dessa visão, considerada por alguns como uma forma de proteger a comunidade dos supostos efeitos negativos trazidos por essas crianças. Esta prática infanticida não só viola o direito à vida, mas também exemplifica a profunda desumanização das crianças autistas (DJEMÉ, 2020).

As violações de direitos humanos contra crianças autistas em Guiné-Bissau não se limitam ao infanticídio. A exclusão social e a falta de acesso à educação são formas sutis, mas igualmente prejudiciais, de violação dos direitos dessas crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU, garante a todas as crianças o direito à educação, ao desenvolvimento e à proteção contra qualquer forma de discriminação. No entanto, devido às crenças culturais e à falta de recursos, esses direitos são frequentemente negados às crianças autistas, que são vistas como indignas de receber uma educação ou qualquer forma de desenvolvimento social.

Nesse sentido, a marginalização das crianças autistas é agravada pela ausência de um sistema de saúde que possa fornecer diagnósticos adequados e tratamentos especializados (GOMES, 2021). Em muitas comunidades, a falta de entendimento sobre o autismo leva ao uso de práticas tradicionais para "curar" a criança, que podem incluir desde rituais espirituais até tratamentos físicos dolorosos. Esses métodos não só são ineficazes, mas também podem causar traumas físicos e psicológicos adicionais às crianças. A falta de intervenções médicas adequadas e a dependência de métodos tradicionais muitas vezes violam o direito das crianças autistas a receber cuidados de saúde apropriados.

Além dos impactos diretos sobre as crianças, as práticas culturais e a exclusão social também têm efeitos devastadores sobre as famílias. As mães, em particular, enfrentam uma estigmatização severa, sendo frequentemente responsabilizadas pela condição de seus filhos. Essa culpabilização pode levar a situações de violência doméstica e abandono, deixando as mães sem apoio financeiro ou emocional. As famílias, por sua vez, muitas vezes se veem obrigadas a esconder seus filhos autistas ou a isolá-los, a fim de evitar a discriminação e a exclusão social, o que agrava ainda mais a violação dos direitos das crianças.

As práticas culturais que resultam na violação dos direitos das crianças autistas também refletem uma falha sistêmica na implementação e no cumprimento das leis

de proteção infantil (DJATA, 2023). Embora Guiné-Bissau tenha ratificado várias convenções internacionais de direitos humanos, a falta de fiscalização e de políticas eficazes significa que muitas dessas leis permanecem apenas no papel. A lacuna entre a legislação e a realidade prática permite que as violações continuem impunes, perpetuando um ciclo de exclusão e abuso.

A abordagem para lidar com essas práticas e violações deve ser multifacetada, envolvendo intervenções culturais, educativas e legais. É essencial trabalhar com as comunidades para desmistificar o autismo e promover uma maior compreensão científica do transtorno. Programas de sensibilização que incluam líderes comunitários e religiosos podem ajudar a mudar as percepções culturais e a reduzir o estigma. Além disso, o fortalecimento das leis de proteção infantil e a garantia de sua aplicação efetiva são cruciais para assegurar que os direitos das crianças autistas sejam respeitados. A implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social e educacional dessas crianças pode ajudar a transformar a realidade de exclusão e abuso em uma de aceitação e respeito aos direitos humanos.

3.3 Relatos das Mães: Experiências e Desafios

Os relatos das mães de crianças autistas em Guiné-Bissau oferecem uma visão íntima e angustiante das dificuldades enfrentadas diariamente. Estas mães frequentemente vivem em um estado de constante vigilância e preocupação, não apenas pela saúde e bem-estar de seus filhos, mas também pelo impacto que a condição deles tem sobre toda a família. O estigma associado ao autismo pode resultar em ostracismo social, violência doméstica e isolamento, agravando ainda mais a situação já difícil dessas mulheres. Um estudo publicado no *The Open Public Health Journal* (LENTOOR et al. 2023) documenta como as mães de crianças autistas na África enfrentam uma pressão social esmagadora, muitas vezes sendo culpadas pela condição de seus filhos e rotuladas como "amaldiçoadas".

Um dos casos mais comoventes é o de Maria (nome fictício para proteger a identidade), uma mãe de etnia Balanta – Guiné-Bissau, que relata a luta diária para proteger seu filho autista de práticas culturais prejudiciais (dados não publicados – conversa pessoal). A história de uma mãe de Guiné-Bissau com um filho autista ilustra os enormes desafios e preconceitos que ela enfrenta diariamente. Em uma sociedade

onde o analfabetismo é prevalente, as pessoas frequentemente se baseiam em conhecimentos populares e empíricos, resultando em interpretações equivocadas sobre o autismo. Desde o nascimento de seu filho, a mãe enfrentou isolamento e julgamento não apenas da comunidade, mas também da própria família. Ela descreve como as pessoas a evitam nos transportes públicos, a olham com desprezo e fazem comentários cruéis, muitas vezes referindo-se a seu filho como "Irã" (diabo ou serpente). A pressão para submeter seu filho a rituais tradicionais, como deixá-lo perto do rio para morrer, é constante, mas ela resiste, desafiando as tradições de sua etnia Balanta.

O isolamento social é um tema recorrente na vida desta mãe. Após o diagnóstico de autismo de seu filho, ela perdeu amigos e foi rejeitada por familiares, sendo rotulada de desrespeitosa por não seguir as tradições que exigiam o sacrifício de seu filho. Mesmo o pai da criança a abandonou, tentando livrar-se da "maldição" associada ao autismo. Além disso, relatos de sua comunidade demonstram um profundo estigma, onde seu filho é visto como uma maldição ou um espírito maligno, agravando ainda mais a situação já difícil de cuidar de uma criança com necessidades especiais em um ambiente tão hostil.

Apesar de todos os desafios, essa mãe encontrou forças para cuidar de seu filho sozinha, mostrando uma resiliência notável. Ela compartilha como seu filho, mesmo com todas as dificuldades, foi uma fonte de aprendizado e crescimento pessoal. A luta diária para proporcionar cuidados adequados, incluindo viagens a outros países para obter diagnósticos e tratamentos, e a dedicação incansável são evidências de sua determinação. A história dela é um testemunho de amor incondicional e resistência contra uma sociedade que frequentemente falha em compreender e apoiar as necessidades das crianças autistas e suas famílias. Ao final da entrevista, ela ainda diz: "Filho com doença ou sem é sempre uma benção, e meu filho foi uma benção para mim!"

A exclusão social e a estigmatização também têm implicações econômicas significativas. Muitas mães relatam dificuldades em manter empregos ou participar de atividades econômicas devido à necessidade de cuidados constantes para seus filhos autistas. Esta situação perpetua um ciclo de pobreza, já que a falta de renda limita ainda mais as opções de tratamento e suporte. Estudos indicam que a exclusão econômica é

uma das principais barreiras enfrentadas pelas famílias de crianças autistas na África, exacerbando a vulnerabilidade dessas famílias (ARAÚJO et al. 2020).

O impacto psicológico sobre as mães é profundo e muitas vezes negligenciado. O isolamento social, a falta de apoio institucional e a pressão constante para conformar-se às expectativas culturais podem levar a problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. As mães frequentemente relatam sentir-se sozinhas e desamparadas, sem ninguém com quem compartilhar suas dificuldades ou buscar conselhos. Um estudo da University of Cape Town destacou que o suporte psicológico e emocional para mães de crianças autistas é crucial, mas muitas vezes inexistente em contextos africanos.

Para abordar esses desafios, é essencial implementar programas de apoio que incluam educação sobre autismo, grupos de apoio para mães e intervenções comunitárias que visem desmistificar o autismo e reduzir o estigma. A inclusão de profissionais de saúde mental no suporte a essas famílias também é fundamental para ajudar as mães a lidarem com o estresse e a pressão associados ao cuidado de uma criança autista. Iniciativas como estas podem não apenas melhorar a qualidade de vida das crianças autistas, mas também fornecer às suas mães o suporte necessário para enfrentar os desafios diários com maior resiliência e esperança.



Figura 1. Sultan, mulher e mãe de criança autista na Guiné-Bissau. Fonte: Issufo, 2013.

3.4 Inclusão e Exclusão Educacional

A inclusão educacional de crianças autistas em Guiné-Bissau é um desafio significativo, marcado por uma série de barreiras institucionais, culturais e

socioeconômicas. A falta de compreensão sobre o autismo, combinada com recursos limitados, resulta em uma exclusão quase total dessas crianças do sistema educacional formal (FREITAS, 2013). Muitos pais relatam que as escolas estão despreparadas para lidar com as necessidades específicas de seus filhos, levando a uma marginalização educacional que compromete o desenvolvimento cognitivo e social das crianças autistas.

Uma das principais barreiras à inclusão educacional é a falta de formação adequada para os professores. Educadores frequentemente não possuem o conhecimento necessário sobre o autismo e as estratégias pedagógicas apropriadas para ensinar crianças com esse transtorno. Isso não apenas impede que as crianças autistas recebam uma educação de qualidade, mas também reforça estereótipos e preconceitos. Gomes (2021) destaca que a formação de professores é essencial para a inclusão eficaz de crianças com necessidades especiais, incluindo aquelas com autismo.

Além da formação inadequada, a infraestrutura escolar em Guiné-Bissau muitas vezes não está equipada para atender às necessidades das crianças autistas. Salas de aula superlotadas, falta de materiais didáticos apropriados e ausência de apoio especializado são desafios comuns. A implementação de recursos como salas de aula inclusivas, assistentes educacionais e materiais adaptados é crucial para criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e eficaz para essas crianças. Sem essas adaptações, as crianças autistas são frequentemente abandonadas, incapazes de acompanhar o ritmo de ensino convencional.

A exclusão educacional também se manifesta na falta de políticas públicas específicas para a inclusão de crianças autistas. Embora existam leis que garantam o direito à educação para todos, a aplicação dessas leis é muitas vezes inadequada. A falta de fiscalização e de recursos destinados à educação inclusiva significa que muitas crianças autistas são deixadas sem acesso a qualquer forma de educação formal. Segundo Djata (2023), em muitos países africanos, incluindo Guiné-Bissau, as políticas de educação inclusiva são frequentemente ignoradas, resultando em uma exclusão sistemática das crianças com necessidades especiais.

A exclusão educacional tem consequências de longo alcance, não apenas para as crianças, mas também para suas famílias e comunidades. Crianças autistas que são privadas de uma educação adequada enfrentam maiores dificuldades para desenvolver

habilidades sociais e de comunicação, essenciais para sua integração na sociedade. Além disso, a falta de educação limita as oportunidades futuras de emprego e independência, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização. As famílias, por sua vez, enfrentam um fardo adicional ao tentar compensar a falta de suporte educacional, muitas vezes sem os recursos necessários.

Para abordar esses desafios, é imperativo desenvolver e implementar políticas de educação inclusiva que sejam verdadeiramente eficazes. Isso inclui a alocação de recursos para a formação de professores, adaptação da infraestrutura escolar e criação de programas de apoio especializado (ISSUFO, 2013). A colaboração entre governo, ONGs e comunidades locais é crucial para garantir que essas políticas sejam aplicadas de maneira eficaz e sustentável. Projetos-piloto e programas de capacitação contínua podem servir como modelos para outras regiões, demonstrando que a inclusão educacional é não apenas possível, mas também benéfica para toda a sociedade.

Em suma, a inclusão educacional de crianças autistas em Guiné-Bissau exige uma abordagem multifacetada que aborde as barreiras institucionais, culturais e socioeconômicas. A criação de um ambiente educacional inclusivo é fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno. A transformação desse cenário é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os indivíduos são valorizados e respeitados.

3.5 Intervenções e Políticas Públicas

A implementação de intervenções e políticas públicas eficazes é crucial para a melhoria da qualidade de vida das crianças autistas e suas famílias em Guiné-Bissau. Atualmente, a falta de políticas direcionadas e a ineficácia das poucas existentes resultam em uma grave lacuna no suporte necessário para essas crianças. Para que haja uma transformação real, é essencial desenvolver uma abordagem holística que inclua diagnósticos precoces, serviços de saúde especializados, educação inclusiva e apoio social (FAVARATO, 2023).

Uma das primeiras e mais importantes intervenções necessárias é a criação de programas de diagnóstico precoce e intervenção. O diagnóstico precoce do autismo permite que as crianças e suas famílias recebam suporte adequado desde os primeiros

anos de vida, facilitando o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e cognitivas das crianças. É fundamental que o governo, em parceria com organizações não-governamentais e instituições de saúde, estabeleça centros de diagnóstico equipados e capacite profissionais de saúde para identificar sinais de autismo em crianças.

Além do diagnóstico, é essencial desenvolver serviços de saúde especializados que atendam às necessidades específicas das crianças autistas. Isso inclui a criação de clínicas de reabilitação e centros de terapia ocupacional, fonoaudiologia e terapia comportamental. Esses serviços devem ser acessíveis e distribuídos de maneira equitativa pelo país, incluindo áreas rurais e comunidades mais isoladas. A formação contínua de profissionais de saúde em métodos de intervenção baseados em evidências é crucial para garantir que as crianças recebam os melhores cuidados possíveis (ALVES, 2020).

No campo da educação, a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão escolar é imperativa. As escolas precisam ser equipadas com recursos adequados, como salas de aula inclusivas, materiais pedagógicos adaptados e pessoal de apoio especializado. A formação de professores em estratégias de ensino inclusivas é um componente chave para o sucesso dessas políticas. Além disso, a criação de programas de sensibilização nas escolas pode ajudar a reduzir o estigma e a discriminação contra crianças autistas, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Outro aspecto crucial das intervenções e políticas públicas é o apoio social e comunitário. Programas de apoio às famílias, como grupos de suporte, workshops e serviços de aconselhamento, são fundamentais para ajudar os pais a lidarem com os desafios diários do cuidado de uma criança autista. A inclusão das famílias em redes de apoio comunitário pode reduzir o isolamento social e proporcionar um ambiente de troca de experiências e solidariedade. Além disso, campanhas de conscientização pública sobre o autismo podem ajudar a desmistificar o transtorno e promover uma maior aceitação e inclusão social.

Finalmente, a criação de políticas de proteção e defesa dos direitos das crianças autistas é essencial para garantir que seus direitos sejam respeitados e protegidos. Isso inclui a implementação de leis que proíbam qualquer forma de discriminação e abuso,

bem como a criação de mecanismos de denúncia e proteção para casos de violação de direitos. Nesse sentido, o governo deve garantir que essas leis sejam aplicadas de maneira eficaz e que haja um acompanhamento contínuo para avaliar seu impacto e eficácia (CARDIERI, 2018).

3.6 Propostas para Transformação Social e Conscientização

A transformação social e a conscientização sobre o autismo em Guiné-Bissau são passos essenciais para criar uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Para alcançar essa meta, é necessário implementar uma série de estratégias que envolvam a educação pública, a mobilização comunitária e o envolvimento das lideranças locais e religiosas. Essas propostas visam não apenas mudar percepções, mas também criar um ambiente onde as crianças autistas possam prosperar e ser plenamente aceitas.

Uma das primeiras propostas é a implementação de campanhas de conscientização pública sobre o autismo. Essas campanhas devem ser desenhadas para educar a população sobre o que é o autismo, suas características e como ele afeta as crianças e suas famílias. Utilizando mídias locais como rádio, televisão e redes sociais, as campanhas podem alcançar uma ampla audiência, desmistificando crenças errôneas e combatendo o estigma associado ao autismo. Além disso, materiais educativos, como panfletos e cartazes, podem ser distribuídos em escolas, centros de saúde e espaços comunitários para reforçar a mensagem.

O envolvimento das lideranças comunitárias e religiosas é crucial para a efetividade dessas campanhas. Em muitas comunidades de Guiné-Bissau, essas lideranças desempenham um papel central na formação de opiniões e práticas culturais. Ao educar e sensibilizar esses líderes sobre o autismo, é possível influenciar positivamente a percepção da comunidade. Programas de treinamento e workshops específicos para líderes comunitários e religiosos podem capacitá-los a se tornarem defensores da inclusão e do respeito aos direitos das crianças autistas (LUANDA, 2024).

A educação inclusiva também é um pilar fundamental para a transformação social. Propostas devem incluir a revisão e adaptação do currículo escolar para incorporar conteúdos sobre diversidade e inclusão, bem como a formação contínua de professores em métodos pedagógicos inclusivos. A criação de programas educativos

que promovam a empatia e a compreensão entre os alunos pode ajudar a construir uma cultura de aceitação desde cedo. Além disso, é importante implementar políticas que garantam a infraestrutura necessária para apoiar crianças autistas nas escolas, como salas de recursos e apoio especializado. Nesse sentido, Silva (2022) destaca a importância do suporte psicossocial às mães de crianças com transtorno do espectro autista.

Segundo a autora, a criação de grupos de apoio e redes comunitárias para famílias de crianças autistas é outra estratégia vital. Esses grupos podem oferecer um espaço seguro para troca de experiências, apoio emocional e compartilhamento de recursos. Workshops e sessões de capacitação podem ser organizados para empoderar os pais, fornecendo-lhes ferramentas e conhecimentos para melhor cuidar de seus filhos. A promoção de eventos comunitários que incluam crianças autistas pode ajudar a normalizar sua presença e participação na vida comunitária. Além disso, é essencial desenvolver programas de formação profissional e oportunidades de emprego para jovens e adultos autistas. A inclusão no mercado de trabalho é um passo importante para a independência e a participação plena na sociedade. Parcerias com empresas locais e programas de treinamento vocacional podem ajudar a preparar jovens autistas para o mercado de trabalho, enquanto incentivos governamentais podem encorajar empresas a contratar pessoas com autismo (RODRIGUES, 2015).

Dessa forma, a implementação de políticas públicas que apoiem e protejam os direitos das crianças autistas é fundamental. Isso inclui a criação de um marco legal robusto que proíba a discriminação e garanta o acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. A vigilância e o cumprimento dessas políticas devem ser assegurados por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação. O governo, em colaboração com ONGs e a sociedade civil, deve desenvolver estratégias para avaliar continuamente o impacto dessas políticas e ajustá-las conforme necessário.

Finalmente, a transformação social e a conscientização sobre o autismo em Guiné-Bissau exigem um esforço coordenado e multidimensional. Ao combinar educação pública, envolvimento comunitário, suporte às famílias e desenvolvimento de políticas públicas, é possível criar um ambiente onde as crianças autistas sejam valorizadas e incluídas. A implementação dessas propostas não só beneficiará

diretamente as crianças autistas e suas famílias, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e compassiva para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este estudo destaca as complexas interseções entre cultura, crenças tradicionais e os direitos das crianças autistas em Guiné-Bissau. As práticas culturais e as percepções negativas associadas ao autismo resultam em exclusão social, violações de direitos humanos e uma falta generalizada de suporte adequado para essas crianças e suas famílias. A análise dos relatos das mães, bem como a avaliação das condições educacionais e das políticas públicas, revela a urgência de uma abordagem multifacetada para enfrentar esses desafios. É evidente que a transformação social e a conscientização são cruciais para promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida das crianças autistas.

As propostas apresentadas neste estudo para intervenções e políticas públicas oferecem um caminho promissor para a mudança. A implementação de campanhas de conscientização, a formação de professores, o desenvolvimento de serviços de saúde especializados e a criação de redes de apoio são passos fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva. A colaboração entre o governo, ONGs, líderes comunitários e a sociedade civil será essencial para garantir que essas iniciativas sejam eficazes e sustentáveis. O engajamento contínuo e a adaptação das estratégias às necessidades específicas da população local são vitais para o sucesso a longo prazo.

As perspectivas futuras apontam para um cenário em que as crianças autistas em Guiné-Bissau possam desfrutar de uma vida digna, com acesso igualitário à educação, cuidados de saúde e oportunidades de desenvolvimento. Através de esforços coordenados e comprometidos, é possível transformar as atitudes culturais e as práticas sociais, garantindo que todas as crianças sejam valorizadas e incluídas. Este estudo espera contribuir para um diálogo mais amplo e a mobilização de recursos e vontade política necessários para alcançar estas metas, promovendo um futuro mais justo e equitativo para todas as crianças em Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sofia Moniz. **Mininu di Kriaçon: Estudo exploratório da realidade das crianças confiadas na Guiné-Bissau**. Lisboa: FEC - Fundação Fé e Cooperação, Novembro de 2020.

ARAÚJO, Jairo Caique; MORAIS, Aisiane Cedraz; SILVA, Mayane Trindade; AMORIM, Rita da Cruz; SOUZA, Sinara Lima. Cuidar de crianças autistas: experiências de familiares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 2, p. 1-9, 2020.

CARDIERI, Mariana Prates. **Estudos Culturais, Neurodiversidade e Psicanálise: Um lugar para o Autismo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos) - Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2018.

DJATA, Fátima. **Inclusão de crianças com necessidades educativas específicas na escola do ensino básico bengala branca em Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Especial) - Universidade de Algarve. Portugal, 2023.

DJEMÉ, Carolina. **Sociedade Guineense continua a matar recém-nascidos com deficiência** - Federação de deficientes. O democrata, 2020. Disponível em: <<https://www.odemocratagb.com/?p=27660>>

FAVARATO, Claudia. Politics and ritual infanticide: a reading of political instability in GuineaBissau from political theory. **JANUS.NET**, v. 14, n. 1, p. 224-237, 2023.

GOMES, Adamite Fernando. **Educação inclusiva na Guiné-Bissau: uma análise sobre a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no processo de ensino e aprendizagem**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape, 2021.

ISSUFO, Nádia. **O estigma da deficiência infantil na Guiné-Bissau**. DW, 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/o-estigma-da-deficiencia-infantil-na-guine-bissau/a-16881624>>

LENTOOR, Antonio; MDLULI, Thuli; MAEPA, Mokoena Patronella. 'I asked myself why I was having this difficult child': Care Burden Experiences of Black African Mothers Raising A Child with Autistic Spectrum Disorder. **The Open Public Health Journal**, v. 16, 2023.

LUANDA. Angola: **crenças e superstições dificultam acompanhamento de autistas**. RFI, 2024. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lus%C3%B3fona/20240402-angola-cren%C3%A7as-e-supersti%C3%A7%C3%B5es-dificultam-acompanhamento-de-autistas>>

RODRIGUES, Joana. **Crianças-irã: um caso de violação de direitos na Guiné**. DW, 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/crian%C3%A7as-ir%C3%A3-um-caso-de-viola%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-infantis-na-guin%C3%A9-bissau/a-18520353>>

SILVA, Érica Maria. **A importância do suporte psicossocial às mães de crianças com Transtornos do Espectro Autista (TEA)**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.